

**MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 130.771 SÃO PAULO**

**RELATOR** : MIN. DIAS TOFFOLI  
**PACTE.(S)** : LUIZ EDUARDO AURICCHIO BOTTURA  
**IMPTE.(S)** : LUIZ EDUARDO AURICCHIO BOTTURA  
**COATOR(A/S)(ES)** : RELATOR DO RHC Nº 56571 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO:**

Vistos.

**Habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado por Luiz Eduardo Auricchio Bottura, em causa própria, apontado como autoridade coatora o Ministro **Ericson Maranhão**, do Superior Tribunal de Justiça, que, segundo se alega, até a presente data, não teria levado a julgamento o RHC nº 56.571/SP.

Sustenta-se, em síntese, o constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo no julgamento daquele recurso ordinário, recebido naquela Corte de Justiça aos 13/2/15.

Requer o impetrante/paciente, liminarmente, a concessão da ordem para que se determine ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do RHC nº 56.571/SP.

Examinados os autos, decido.

O deferimento de liminar em **habeas corpus**, como se sabe, constitui medida excepcional por sua própria natureza, justificada apenas se a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, ou se a situação demonstrada nos autos representar manifesto constrangimento ilegal, o que não ocorre na hipótese presente.

Anote-se que a alegada demora no julgamento do recurso ordinário em questão, por si só, não pode ser interpretada como negativa de prestação jurisdicional a justificar a atuação da Corte em sede cautelar.

No caso, a ausência de maiores informações nos autos a respeito do andamento do RHC nº 56.571/SP, torna necessário um pedido de informações atualizadas ao Superior Tribunal de Justiça.

De outra parte, tenho que as razões invocadas pelo impetrante/paciente, se encampadas em sede de liminar, por serem satisfativas, acabam por esvaziar o mérito da impetração, circunstância

## HC 130771 MC / SP

essa que recomenda o seu indeferimento, conforme reiterada jurisprudência da Corte. Nesse sentido: HC nº 94.888-MC/SP, Relator o Ministro **Menezes Direito**, DJ de 12/6/08; HC nº 93.164-MC/SP, Relator o Ministro **Cezar Peluso**, DJ de 22/2/08; e HC nº 92.737-MC/SP, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJ de 29/10/07, entre outros.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora.

Após, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Relator

*Documento assinado digitalmente*